

Movimentos Sociais e Movimentos de Coletivos em São Paulo: o papel da política, dos mediadores e da mídia nas mobilizações, manifestações e protestos nas ruas na atualidade.

Autor: Maria da Glória Gohn- Profa. Titular Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP. Pesquisador 1 A CNPQ

Resumo

O trabalho objetiva analisar um momento marcante na conjuntura político, social e econômica do Brasil na presente década: 2013 a 2016, no que se refere as grandes manifestações de ruas em São Paulo. Destacam-se as diferenças e semelhanças nos atos ocorridos, neste período, buscando traçar uma linha transversal que nos explique nos diferentes tipos de manifestações, a identidade dos participantes e suas demandas. Duas questões motivadoras nos levam a esta investigação: Por que os movimentos sociais que se articularam às políticas e processos participativos de controle social incentivadas pelo Estado, ao longo da década de 2010, não foram os protagonistas principais nos atos de protesto a partir de 2013? Que novidades trazem os novíssimos movimentos coletivos que organizaram e convocaram a população para grandes manifestações a partir de 2013?

Palavras Chaves: Movimento Social-Movimento Coletivo- Manifestações nas Ruas-Identidade dos Participantes

Apresentação

Este paper é parte de uma pesquisa mais ampla que objetiva analisar momentos marcantes na conjuntura político, social e econômica do Brasil entre 2013 e 2016, no que se refere as grandes manifestações de ruas em São Paulo. A pesquisa como um todo tenciona focalizar as redes de ativismo que construíram as manifestações pesquisando: quais são os sujeitos na cena pública, suas formas de organização, os repertórios de ação social e política, as estratégias de mobilização, e suas demandas. Como influenciam e são influenciados por outros atores e agentes da cena pública, qual o papel de diferentes tipos de mídias, quais as inovações que foram criadas nas formas de protesto? A meta final é fazer com um balanço sobre os impactos e resultados das manifestações no período na sociedade e nas políticas públicas.

Duas questões motivadoras nos levaram a esta investigação, a saber: Primeiro- Por que os movimentos sociais que se articularam às políticas e processos participativos de controle social incentivadas pelo Estado, ao longo da década de 2010, não foram os protagonistas principais nos atos de protesto a partir de 2013? Segunda- Que novidades trazem os novíssimos movimentos coletivos que organizaram e convocaram a população para grandes manifestações a partir de 2013? O texto ora apresentado faz um recorte no universo de indagações assinaladas focalizando mais a segunda motivação, embora a primeira seja mencionada mas ela necessita de uma maior profundidade e de novos dados cujas fontes advêm de políticas públicas. Por ora, busca-se caracterizar nos diferentes tipos de manifestações a identidade dos participantes e suas demandas objetivando mapear as diferenças e semelhanças nos atos ocorridos no período em análise. Para responder as questões selecionadas recupera-se, inicialmente algumas categorias teóricas, como o conceito de multidão e a diferença entre movimentos sociais e movimentos coletivos

Povo, massa, multidão, sociedade, indignação, movimento social, coletivos e redes

Para entender as atuais manifestações de ruas, no Brasil atual, temos como hipótese que elas são parte de novíssimas formas de movimentos sociais.. Por isso é interessante retomarmos algumas categorias de análise para identificar os sujeitos que foram às ruas protestar. Elas são: povo, massa e multidão. **Povo** é uma categoria histórica, presente em alguns clássicos como Jules Michelet (1988) e foi bastante utilizada por analistas dos movimentos sociais no Brasil do final dos anos de 1970 e ao longo de 1980. Naquela época era uma categoria criticada por analistas mais ortodoxos porque remetia ao populismo, assim como vista como algo indiferenciado do ponto de vista da composição social — não definia quem naquele momento era o sujeito da ação. O povo englobava as camadas médias da população, classes trabalhadoras industriais e as então chamadas camadas populares da periferia da cidade — que eram as mais se organizavam e protestavam. Historicamente sabe-se também que o uso da expressão povo tem uma identidade política dado por ser parte de uma nação ou de um grupo social determinado. (WEFFORT, 1978). Os novos atores em cena nas décadas de 1970 e parte de 1980, presentes nos movimentos sociais de base popular utilizavam e defendiam esta categoria : povo. O refrão “o povo unido jamais será vencido” é emblemático deste período, e o povo a que se

referiam era o povo pobre das áreas periféricas, desassistidas de condições mínimas de sobrevivência no meio urbano. **Massa** também é uma categoria antiga, remete a análises de tradicionalistas como Le Bon (1885) no final do século XIX. Depois foi retomada no século XX de forma completamente diferente, pela teoria crítica nos estudos de Adorno e Horkheimer (2002) sobre a sociedade de consumo de massa, a cultura de massa e a indústria cultural. Na mesma linha de crítica ao consumo de massa encontramos o uso do termo em Canetti (1984), Morin (1997), assim como em Guattari (1990). A ideia de sociedade de massa sempre remete a grupos sem nenhuma autodefinição, grupos cooptados, grupos que acompanham ou se incorporam a eventos e acontecimentos sem nada entender, o que de fato acontece. A categoria **multidão** já é mais contemporânea. Entre outros, Antônio Negri e Michael Hardt (2005) adotaram-na para referir-se a múltiplas identidades em ação. O sujeito social integrante de uma multidão é diferente, múltiplo (tem várias identidades) e ativo, agindo segundo as singularidades do no qual participa e se identifica. Ela se aproxima da nossa concepção de manifestação porque são coletivos sociais, ajuntamentos, em função de dado evento, fato, conjuntural. “*Je suis Charlie*”, por exemplo, levou milhares de franceses as ruas de Paris em 2015, assim como no dia 15 de Março de 2015 no Brasil. José de Souza Martins também adota a categoria multidão para explicar as manifestações de Março de 2015 recolocando a questão do sujeito da ação. Diz o autor:

A multidão é a multidão, identidade temporária e provisória que esgota sua significação e sua função na fração de tempo em que se manifestam nas ruas e no modo como se expressa. É um sujeito que se dissolve no fim da festa. Pela frequência e pelas peculiaridades de suas demandas, vai ficando claro que a multidão é novo sujeito da sociedade brasileira. Novo sujeito do processo político em conflito com os velhos sujeitos, os da política como ação de estereótipos, os do cidadão aprisionado na camisa de força de conceitos rígidos forjados ainda na cultura da luta de classes. Mas multidão não é classe nem é raça. A multidão desconstrói o regime político dualista das facções antagônicas (MARTINS, 2015).

Cumpra destacar também que, a ampliação das manifestações sociais de protesto nas ruas para outras camadas sociais, especialmente as camadas médias da sociedade, levou a certa legitimação do que passou a ser denominado na mídia por 'voz das ruas', ou vozes da sociedade'. '**Sociedade**' – categoria cara ao campo das Ciências Sociais, particularmente à Sociologia, alça nas manifestações o status de uma categoria do senso comum – aquela que se refere ao que as ruas estão clamando. Até Junho de 2013 no Brasil os protestos nas ruas mais frequentes eram de movimentos populares organizados pela luta à terra, moradia etc. A partir de 2013 este cenário se altera com os novos sujeitos focalizados neste paper.

A **indignação** contra os atos de corrupção esteve no centro das manifestações no Brasil a partir de 2013. Por isto, não só a análise estrutural ou conjuntural nos auxilia. Também a análise da subjetividade e intersubjetividade são necessárias. É necessário utilizar também a categoria da indignação para observar as emoções e comoções que levam milhares de pessoas a se mobilizarem, a sair de suas zonas de conforto, de suas práticas habituais ou dadas rotinas, e aderirem a causas coletivas, como ir a uma manifestação (HESSEL, 2011; MOORE, 1987; Castells, 2013).

O poder das redes vai além da mobilização. Impacta o caráter da ação coletiva desenvolvida. Por isso, na atualidade muitos jovens se organizam em Coletivos, e não querem se organizar em Movimentos Sociais. Qual a grande diferença? Estes jovens veem os movimentos como formas engessadas, tradicionais, estruturas centralizadoras. Os Coletivos, ao contrário, são vistos como agrupamentos fluidos, fragmentados, horizontais (ainda que este último ponto seja parte mais da narrativa que criam do que a realidade verificada).

Um **Coletivo** poderá desenvolver práticas contestatórias ou não, dependendo de seu perfil e das estruturas relacionais existentes entre os jovens. **O movimento social** é algo mais estruturado, têm opositores, identidades mais coesas, determinados projetos de vida ou de resolução aos problemas sociais que demandam. Um movimento social é fruto de uma construção social e não algo dado a priori, fruto apenas de contradições (vide Castells e Melucci). Os participantes de um Coletivo autodenominam-se como ativistas, vivem experiências e experimentações, que podem ser tópicas ou mais permanentes; fragmentas ou mais articuladas. Os membros participantes de um movimento social são militantes de uma causa, é algo mais que um ativista porque não foi convocado *on line, ad hoc*. Ele tem laços de pertencimento com um grupo. Um

coletivo pode se transformar em movimento social, ou autodenominar-se movimento, ou articula-se a um conjunto de outros Coletivos que configuram um movimento social. Ou negar a forma movimento social por considera-la presa aos modelos tradicionais de fazer política.

As **redes sociais virtuais** são a forma básica de constituição e atuação da maioria dos coletivos. O ambiente virtual propiciado pela Internet ocupa lugar central nesses novas ações coletivas no que diz respeito a infraestrutura de recursos para formar pautas, consensos, mobilizar a população, fazer convocações, divulgar resultados de atos, agendas futuras etc. Isso tudo em um ambiente onde predomina a horizontalidade e a autonomia dos participantes de se inserir ou não, de agregar ideias, críticas, comentários etc. sem ter de pedir licença para falar. Ao participarem deixam registros- nos blogs, fotos etc. que ajudam a criar uma memória e a construção de um imaginário sobre o tema em tela, criam códigos linguísticos que estabelecem uma gramática e criam símbolos que passam a ser compartilhados.

Ao possibilitar a participação de múltiplos protagonistas de forma instantânea, desenvolvem-se processos de intersubjetividade e constroem-se processos discursivos que poderão gerar novos repertórios, novos direitos, novas propostas de processos que poderão vir a ser assumidos, no plano da sociedade civil e política, como novas pautas para institucionalização, para a criação de normas comuns válidas para todos. Este é um dos aspectos do caráter educativo que sempre destacamos nas ações coletivas e nos movimentos sociais. Neste sentido eles são parte da democracia, complementam o arcabouço político institucional e podem aperfeiçoar e não de ameaçar a democracia ou o sistema político existente. Uma cultura democrática se constrói e se fortalece também desta forma.

A Identidade dos Sujeitos nas Ruas

No Brasil as novíssimas formas de protestos nas ruas têm sido nominadas pela mídia como “manifestações”. Vários dos próprios manifestantes de Junho de 2013 no Brasil autodenominam suas ações como “atos”. Analistas têm se referido a Junho de 2013 como “Jornadas”. Alguns pesquisadores nominaram-nas como “ondas”. São designações importantes porque remetem a identidade do movimento, o nome que as manifestações adotam ou ganham pelo mundo. Jornadas, atos, onda, protesto de massa, mobilizações, revoltas etc. são denominações usadas segundo o ponto de vista do autor do texto. Entretanto o termo “manifestações” ficou como um marco de referência na memória do país.

Considero que em Junho de 2013 houve *manifestações de protestos*. Mas vejo-as no contexto de um movimento social-certamente completamente diferente dos movimentos clássicos (operários, sindicais, agrários); ou dos movimentos emancipatórios, de luta por direitos e contra regimes ditatórias, especialmente na América Latina nos anos de 1970 e parte de 1980, apoiados por alas do cristianismo então tido como renovado, a Teologia da Libertação, etc.; e, diferente também dos chamados “novos movimentos sociais” da segunda metade do século XX, que tinham na identidade seu eixo articulatório central, organizavam-se de forma diferente das estruturas rígidas dos movimentos operário ou sindicais — copiadas de partidos hierarquizados. Os novos movimentos sociais buscavam se firmar pela identidade que construíam. Muitas das atuais manifestações não querem ser nominadas de movimentos, usualmente autodenominam-se como pertencentes a coletivos. Não têm liderança, mas todos são líderes. Autoproduzem imagens com discursos sem referência a tempos do passado, como se não tivessem outras memórias incorporadas além de si próprios. Desde logo registre-se: encontrar eixos identitários ou unidade nos coletivos das manifestações é impossível pois são blocos diferenciados internamente. São fragmentados. A referência é o presente. A permanência é circunstancial. São similares aos *instant mob*, ações combinadas nas redes sociais para promover uma ação específica no tempo e no espaço, impactar um coletivo e se dissolver. Não visam ter continuidade, só o prazer momentâneo, que pode ser, por exemplo, a de um grupo de ciclistas a simpatizantes dos black blocs, atendendo a apelos nas redes sociais.. São ações coletivas no campo da micropolítica e por isso os quadros analíticos clássicos tem dificuldade de apreendê-las. Um dos desafios teóricos é pensar sobre as possibilidades de construção de identidades coletivas entre estes novíssimos movimentos e as possíveis formas de antagonismo que são geradas, a exemplo das transformações ocorridas nas manifestações de ruas no Brasil entre 2013-2016..Chantal Mouffe (2003) tem contribuições a respeito. Identidades coletivas são construídas no processo, especialmente pelos antagonismos que geram.

Sennet (2012) nos diz que um dos grandes desafios da sociedade civil atual é conviver com pessoas diferentes; e a cooperação é uma das chaves para esta convivência, há que se aprender a ouvir para avaliar, em vez de duelar verbalmente. Que tipo de cooperação pode ser gestada em um encontro fugaz, em convivências pontuais, fragmentadas?

É bom lembrarmos das lições de Melucci, um movimento social é fruto de uma construção social e não algo dado a priori, fruto apenas de contradições.

Importa mais a forma do que a presença de atores políticos nas ruas.

Movimentos são um sinal; eles não são meramente o resultado de uma crise. Assinalam uma profunda transformação na lógica e no processo que guiam as sociedades complexas. Como os profetas, eles falam antes: anunciam o que está tomando forma mesmo antes de sua direção e conteúdo tornarem-se claros. Os movimentos contemporâneos são os profetas do presente (MELUCCI, 1996, p.1).

Novíssimos Atores em cena a partir de Junho de 2013

Estima-se que mais de um milhão de pessoas saíram às ruas no Brasil ao longo do mês de Junho de 2013 em manifestações que tinha um foco inicial contra o aumento das tarifas dos transportes coletivos e depois ampliou o repertório de demandas para outras áreas do serviço público, nas áreas da educação, saúde e segurança pública etc. e para denúncias de mal feitos nos gastos e usos do dinheiro público etc. Nos cartazes vistos nas manifestações, observa-se que havia indignação sobre várias coisas e temas, da denúncia da precariedade dos serviços públicos ao baixo padrão da prática política (GOHN, 2015a). Houve grande protagonismo de jovens, organizados em coletivos que convocavam *on-line* os atos públicos, realizados sem bandeiras partidárias ou camisetas e carros de som de sindicatos.

Várias manifestações ocorreram paralelamente aos protestos de Junho tais como Marchas das Vadias; Marchas da Maconha; greves; ocupações em Universidades; mobilizações de populações atingidas pelas obras da Copa do Mundo; Marcha da Família com Deus; Paradas Livres/Gays; entre outras. Mas todas essas eram parte de movimentos sociais ou grupos de pressão já conhecidos nas últimas duas décadas.

Sabe-se também que o Movimento Passe Livre-MPL teve atuação decisiva na ativação/convocação dos atos de protesto nas ruas em Junho. O MPL foi oficialmente criado em 2005 em Porto Alegre, durante o FSM (Fórum Social Mundial), mas ele tem suas origens nas manifestações que ocorreram em Salvador em 2003 (conhecida por Revolta do Buzu), em Florianópolis em 2004 (Revolta da Catraca), e no ativismo do CMI (Centro de Mídia Independente). Portanto não foi um movimento criado em 2013. Segundo o próprio MPL, ele se

define como: “um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário.” Ele tem um foco específico- a mobilidade urbana que abrange um olhar ampliado, em longo prazo- a dimensão utópica do transporte gratuito. Este tipo de proposta poderá gerar mobilizações que produzem outros modos de vida e outros valores na sociedade, valores estes que remetem ao campo da nova geração de direitos. Em alguns estados, onde o MPL não estava organizado, sindicatos e outros movimentos sociais tradicionais colaboraram para que as manifestações acontecessem porem, sem aparecerem como tal e sim como um conjunto em protesto. Não se destacavam líderes, mas apenas uma organização informal nos atos para cuidar da logística-trajeto, alvos-focos, datas, horários.

A multidão nas ruas em Junho de 2013 surpreendeu o governo e muitos analistas porque o então governo federal, comandado pelo Partido dos Trabalhadores –PT, desde 2003, elaborou inúmeros programas e projetos de inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como o Bolsa Família, implementou políticas de aumento do salário mínimo, realizou inúmeras conferências nacionais temáticas em áreas do serviço público que resultaram em novas políticas sociais. Um grande sistema de participação institucionalizado foi instituído com conselhos, câmaras, fóruns, conferências nacionais etc. com representantes do governo e da sociedade civil. Mas alguns pontos básicos não estavam até então bem focalizados nestas políticas, tais como-os jovens (de qualquer classe social), o Estatuto da Juventude não havia ainda sido aprovadoestas, as camadas médias da população, assim como a participação social *on-line*, com uso das novas tecnologias (com exceção de alguns programas e políticas públicas como o Orçamento Participativo em alguns setores).

A grande revolução operada na forma de comunicação entre os indivíduos, com o desenvolvimento e consumo das novas tecnologias, especialmente a Internet e o uso dos aparelhos móveis, geradores de grande potencial de mobilização da sociedade civil criou novas formas de sociabilidade na sociedade civil, longe das estruturas estatais institucionalizadas. Por isto, em Junho de 2013, quando multidões saíram às ruas, não havia mediadores entre os manifestantes e os poderes constituídos, não havia interlocutores. O diálogo não fluía, apenas a polícia se fez presente, nos atos de violência contra os manifestantes. . Deve-se registrar também que, em Junho de 2013, no campo das comunicações a mídia televisiva e On Line teve papel estimulador das manifestações, pautando datas, local, horários etc. assim como os recursos precários de mídia de alguns setores dos manifestantes, como a Mídia Ninja.

Logo após Junho de 2013 as manifestações não tiveram continuidade em termos de mobilização de massa, os atos de protestos foram tópicos, com focos específicos tais como: # Não vai ter Copa, Ocupações urbanas, greves de profissionais da educação pública etc. Cenas de violência protagonizadas pela polícia e pelos *Black Blocs*, levaram a criminalização de vários participantes dos protestos, e o refluxo das manifestações. Neste mesmo período, antigos movimentos sociais reformularam-se e voltaram a ser destaque em manchetes cotidianas da mídia, a exemplo da luta dos sem-teto/casa urbanos, exemplificados pelo MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. O governo reformulou sua agenda política priorizando a temática da participação social, a inclusão dos jovens etc. Passou a ter de lidar com esses novos sujeitos sociais com identidades específicas-cujas demandas não tinham sido incorporadas nas agendas do governo, passando a se constituir como grande desafio no campo das políticas públicas.

Após Junho de 2013, instituições da sociedade civil, como a CNBB-Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, articulada à OAB-Ordem dos Advogados do Brasil, Movimento de Combate à Corrupção e a Plataforma dos Movimentos Sociais formaram uma “Coalização pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas” para a elaboração de uma proposta para ser apresentada como um projeto de lei de iniciativa popular (previsto na Constituição de 1988), para uma Reforma Política do Sistema Brasileiro. Portanto, aqueles que negaram a importância das manifestações de 2013, porque buscavam resultados imediatos não observaram estes fatos, tanto na cena governamental como na sociedade civil, como frutos do desenrolar e resultados das pressões nas ruas.

Em 2014, os novíssimos atores que entraram em cena em Junho de 2013 continuaram nas redes sociais, *on-line* e saíram às ruas em tímidos atos contra a COPA do futebol no Brasil e seus grandes gastos, não atraindo a maioria da população. Durante o período eleitoral para a presidência da república em 2014 ocorreu intensa mobilização das redes sociais e alguns grupos criados tiveram grande atuação em nas manifestações de Março de 2015, a exemplo do MPL-Movimento Passe Livre e o Vem Pró Rua, bastante ativos já em 2013.

O MPL – principal ator de Junho de 2013 retornou à cena em Janeiro de 2015 contra aumento das tarifas dos transportes (pelo menos em SP-Rio eBH). O governo, municipal e estadual de São Paulo elaboraram propostas de gratuidade para algumas categorias de estudantes. Em São Paulo os protestos ocorreram nos mesmos locais-Av Paulista, com marcha até centro-sede da

Prefeitura, Largo da Batata etc. Segundo dados publicados na imprensa participaram de 5 a 30 mil pessoas (depende de quem contabilizava os atos). Em fevereiro de 2015 realizaram novos atos, descentralizados, em regiões da periferia de São Paulo tais como, Pirituba, Campo Limpo e São Miguel Paulista. Tiveram manchetes nos jornais, rádio e TV. A violência voltou à cena, com vitrines e bancos depredados pelos Black Blocs. Novamente as forças policiais agiram com truculência demonstrando que nada mudou após um ano e meio do Junho de 2013. Nas manifestações de Março de 2015 o MPL não teve protagonismo com visibilidade, não levou suas bandeiras às ruas. Em 11 de Março de 2015 fizeram uma chamada para uma Aula Pública a ser realizada no dia 19 de Março, em frente à Prefeitura Municipal. Supõe-se que não estavam preparando-se para as manifestações diferenciadas que ocorreram nos dias 13 e 15 de março em inúmeras cidades brasileiras. O MPL teve também participação no Fórum Social Mundial de Túnis (março de 2015), por meio de uma representante, para debater o tema: “Democracias: novas estratégias de participação popular para o empoderamento da sociedade civil”.

A Multidão Retorna às Ruas: 15 de Março de 2015

Em Março de 2015 novas manifestações de massa irrompem nas ruas do Brasil, com características totalmente diferentes das de Junho de 2013, pelo repertório das demandas, grupos sociais que as convocam, composição social e de faixa etária dos participantes. A questão política entra em cena como divisor de água entre aqueles que apoiavam o governo da Presidente Dilma Rousseff e aqueles que são contra seu governo, pelas políticas adotadas ou anunciadas por ele, ou por convicções próprias (é bom lembrar que a Presidente Dilma foi eleita em Outubro de 2014, após o segundo turno, com 54,5 milhões de votos e o seu opositor, Aécio Neves, teve 51 milhões. Portanto houve uma grande divisão na sociedade). Esta divisão se refletira nas manifestações de Março de 2015, gerando duas correntes de protestos. Uma enfatiza o protesto contra a corrupção, especialmente em empresas públicas, como a Petrobrás, investigadas pelo Ministério Público Federal via operações específicas, a exemplo da “Lava Jato”, questiona os políticos, pede impeachment da presidente Dilma Rousseff e é contra o Partido dos Trabalhadores. A outra questiona novas políticas públicas do novo governo da presidente Dilma Rousseff, especialmente a do ajuste fiscal econômico, mas não é contra o então governo federal. É preciso registrar também que, em 2015, aliada à crise política gerada pelas denúncias de corrupção, o cenário econômico do país se altera com o retorno da inflação e do desemprego, paralização de obras públicas etc.

Neste cenário, duas manifestações se destacaram nas ruas do país em Março de 2015. A primeira, no dia 13, ocorreu em várias capitais brasileiras organizadas pelo MST-Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, CUT –Central única dos Trabalhadores, UNE-União Nacional dos Estudantes, MTST-Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entre outros, com demandas trabalhistas, mas de apoio ao governo federal. Esta manifestação representou uma tentativa de se antecipar e contrapor a outra manifestação que estava sendo organizada para o dia 15 de Março. Embora em 13 de Março tenham-se reunido centenas de militantes em inúmeras capitais e cidades de todo o Brasil, 13 de Março teve um público pequeno, comparado com a que ocorreu dois dias depois.

No dia 15 de Março 2015 a multidão retornou às ruas e esta foi a novidade na cena pública. Aparentemente foi uma retomada de Junho de 2013, mas só na questão numérica. Os manifestantes foram ativados via redes sociais, especialmente pelos novos grupos criados a partir de 2013 ampliando o espectro dos matizes políticas dos atores, trazendo para a cena do protesto social nas ruas grupos que se apresentam em público como de oposição ao atual governo federal brasileiro, mas buscam não se identificar com partidos políticos, mesmo com os da oposição. Faixas e cartazes de partidos políticos foram proibidas, assim como a fala de membros do parlamento. A predominância dos jovens em Junho de 2013 foi substituída por pessoas de todas as faixas etárias, especialmente famílias que levaram seus filhos. Certamente foi o batismo na política de muitas famílias e para estas crianças, assim como um momento educativo, que alguns denominaram de “cidadania cívica”. O caminhão de som retorna à avenida, de forma diferente- em São Paulo, por exemplo, ele passou a ser um divisor de espaço na avenida, e permaneceu estacionado, no mesmo lugar, do início ao fim, aglutinando ao seu redor adeptos dos grupos organizadores.

Dentre os novos grupos organizadores do ato de 15 de Março em São Paulo, destacam-se: “Vem Pra Rua” - VPR , “Movimento Brasil Livre” - MBL, e “Revoltados *on-line*”, entre outras dez novas siglas/grupos dentre os quais há três pequenos grupos que defendem a volta dos militares ao poder, demanda felizmente absolutamente minoritária no conjunto da multidão. A manifestação de 15 de Março de 2015 entrará certamente para a história dos atos de protestos de grande dimensão no Brasil, apesar da polêmica quanto ao número real de participantes. Segundo a Polícia Militar, mais de 2 milhões de pessoas saíram às ruas no país neste dia, sendo um milhão só em São Paulo. O Datafolha publicou que foram 210 mil em São Paulo, a maior manifestação política medida pelo órgão de pesquisa após as Diretas Já, em 1984. No dia 15 de Março já se

anunciou uma nova manifestação para o dia 12 de Abril, a menos de um mês de distância (GOHN, 2015b).

Em 12 de Abril o afluxo de manifestantes nas ruas foi bem menor. Em várias capitais e cidades médias do país, organizadas pelos mesmos grupos de 15 de Março, a multidão caiu para a metade, e em outros em 1/3 em relação ao mesmo 15 de Março. Em São Paulo, novamente na Av. Paulista, ocorreu o ato com maior número de participantes do país neste dia, com 100 mil segundo o Datafolha e 275 mil segundo a Polícia Militar. Com números menores, o 12 de Abril foi mais enfático em dois itens: “Impeachment de Dilma e o Fora PT”. Toda a discussão na mídia centrou-se nesta comparação e pouco destaque foi dado ao fato que, neste mesmo dia, a *Folha de São Paulo* publicou pesquisa do DATAFOLHA onde 63% da população era favorável ao impeachment da Presidente Dilma, com apenas 13% considerando que ela estava fazendo um bom governo (GOHN, 2015b).

A partir de Março de 2015 observa-se também, nas ruas, a construção de uma representação social criada na conjuntura política vivenciada no país que levou a consolidação de um novo ator coletivo, o qual desempenhará um papel crucial no processo de impeachment da Presidente Dilma em 2016: o Poder Judiciário. Os juízes federais responsáveis pela apuração de denúncias de corrupção, a Operação Lava à Jato- iniciada em 2014 e a sequência de prisões, delações e investigações conferirão ao Poder Judiciário o papel de sujeito histórico relevante, não só na história política do país, mas também nas manifestações nas ruas. Faixas, cartazes, fotos etc demonstravam o apoio dos manifestantes.

As manifestações de 15 de Março e 12 de Abril de 2015 trouxeram para as ruas não apenas novas camadas sociais mas, especialmente as classes médias. Elas trouxeram novos repertórios de demandas nas ações coletivas que até então eram tímidos ou inexistentes nos protestos nas ruas. A pluralidade da sociedade civil e a diversidade das opiniões sobre a política e o governo vieram à tona e se expressaram de forma clara. A dinâmica do processo da contestação social ampliou-se à medida que a mobilização da opinião pública, realizada principalmente através das redes sociais, atuou como agente de organização das manifestações de rua. Com isso deu-se impulso para campanhas de politização em torno de diversos temas, gerou-se novas imagens e representações sociais sobre a crise econômica e política no Brasil atual.

A organização ao redor de redes e não de uma organização ou dado movimento específico, tem possibilitado novas dinâmicas aos protestos sociais,

que fogem do controle das organizações já institucionalizadas, tais como UNE, CUT, MST etc. Por tudo isso, a partir de 2013 é preciso repensar as análises sobre a lógica da ação coletiva organizada diferenciando-a quando ocorre a partir de grupos, estruturas políticas e organizacionais dos movimentos já tidos como tradicionais na cena brasileira, nas últimas décadas, e as lógicas advindas do engajamento individual dos participantes nas manifestações a partir de 2013, convocadas por uma pluralidade de grupos sociais e políticos, para uma melhor compreensão das condições de emergência e de transformação do ativismo nas ruas, na atualidade.

Segundo Castells (2015), as manifestações de 2013 e as de 2015 tem em comum a “denúncia de corrupção e o sentimento de que há demandas dos cidadãos que não podem se expressar nos atuais sistemas políticos” — “*Simpatia do brasileiro é um mito*”, diz sociólogo Manuel Castells em entrevista concedida à enviada especial, em Salvador, Sylvia Colombo da, *Folha da São Paulo*, 18/05/2015.

O apelo à participação da população na manifestação de 15 de Março se fez baseado em critérios e valores morais, apelo à ética, contra a corrupção e não ao passado de luta e militância dos participantes. Os fundamentos dos valores morais transitam no campo do ‘dom’, origem social, e condição social das pessoas (BOURDIEU, 1979). Entender e analisar estes elementos é de suma importância para que não se fique na mera desqualificação dos que se manifestaram, baseando-se em rotulações de ordem ideológica, do tipo, golpistas, “são de direita”, ou ainda “a elite branca”, que ganhou o apelido de “coxinhas”. Vários comentaristas da mídia desqualificaram as manifestações de 15 de Março e 12 de Abril de 2015, dizendo que o povo da periferia não estava presente. De fato, o Datafolha publicou em 13 de Abril, pesquisa sobre o ato do dia anterior, onde 73% dos manifestantes se declaram brancos e apenas 14% com renda até 3 salários mínimos. Mas fixar-se apenas nos indicadores de cor e renda esquecem-se de que as grandes mobilizações de massa ocorridas no Brasil, em 1964 e 1968, em 1984 (Diretas Já), 1992 (Movimento Caras Pintadas e Impeachment do ex presidente Collor de Melo), foram protagonizadas basicamente pelas camadas médias, com expressiva participação de estudantes universitários (GOHN, 2015b).

Segundo Marco Aurélio Nogueira, o atual governo federal e seus apoiadores “parecem não entender o que está acontecendo com as ruas do País de 2013 para cá. Não decodificaram as vozes que se manifestaram ostensivamente contra a presidente agora em 2015. Optaram por tentar deslegitimar a manifestação, convertendo as pessoas em massas de manobra, da ‘elite branca’ e da ‘mídia golpista’.[...] Querem banalizar a multidão mas só fazem irritá-la” (NOGUEIRA³,2015).

Em Janeiro de 2016 o MPL retorna às ruas, especialmente em São Paulo, com vários atos e protestos. Eles foram reprimidos pela polícia e não tiveram a adesão da população como em 2013. A conjuntura político-econômica era outra e as atenções da sociedade voltavam-se para a questão do impeachment da Presidente da República.

Em 2016 o cenário das mobilizações de 2015 amplia-se e se aprofunda, diferenciando-se de 2013. Antigos, novos e novíssimos movimentos sociais se confrontam. Nos antigos movimentos sociais em cena em 2016 destacam-se movimentos sindicais, estudantil e populares (luta pela terra e pela moradia), atuantes nos últimos 30 anos no Brasil (CUT(Central Única dos Trabalhadores), MST(Movimento dos Sem Terra), MTST(Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), UNE (União Nacional dos Estudantes), movimentos de mulheres ,movimentos atingidos por barragens, de pequenos proprietários, etc. assim como alguns novos grupos como o “Levante da Juventude”, etc. A novidade entre eles foi a união e reativação de muitos deles em **Frentes** de ação política, a exemplo da **Frente Brasil Popular** (composta por cerca de 60 movimentos e organizações com repertórios adaptados a conjuntura política atual, a exemplo da CUT, MST etc.) e a **Frente Povo Sem Medo** (composta de movimentos e agremiações partidárias mais recentes, a exemplo do MTST.

Dentre os novíssimos movimentos sociais nas ruas em 2016 destacam-se o “**Vem prá Rua**” e o **MBL- “Movimento Brasil Livre”**; “**NAS RUAS**”(entre outras 60 novas siglas/grupos), com repertório de conteúdo liberal, centrado na crítica ao atual governo federal. No campo dos novos criaram-se também grupos e movimentos conservadores, a exemplo do grupo “**Revoltados On Line**” (que defendem a volta dos militares ao poder). Retomando bandeiras recorrentes nas últimas três décadas no Brasil, estes movimentos focalizaram temas de forte apelo popular: Ética na Política e Moralidade Popular. Captando as emoções e subjetividade coletiva, trabalharam temas como a indignação e a rejeição a

política, o descontentamento popular. Por isso atraíram milhares de pessoas às ruas. Os slogan principal nas manifestações era: ‘Fora Dilma, Fora Lula, Fora PT”

A partir do segundo semestre de 2016 as manifestações nas ruas da capital paulista mudam de atores/sujeitos, demandas e protestos. O divisor será o impeachment da ex-Presidente Dilma Roussett, ocorrido ao final de agosto de 2016. “Fora Temer” passara a ser o slogan predominante. Este paper não aborda este período pois foi elaborado para o Encontro Nacional da ABCP-ocorrido justamente durante as sessões do Senado Federal que culminou com o impeachment.. Mas certamente que a nova fase será tratada brevemente, em outro paper.

Conclusões Preliminares.

Na nossa interpretação, as manifestações no Brasil a partir de 2013 também construíram significados novos às lutas sociais. Certamente que seus protestos vão além do ativismo digital, que é um meio para um fim — a manifestação propriamente dita. Há múltiplos processos de subjetivação na construção dos sujeitos em ação — os acontecimentos no calor da hora provocam reações que geram novas frentes da ação coletiva. A composição das mesmas é complexa, diversificada, com múltiplos atores, propostas e concepções sobre a política, a sociedade, o governo. As emoções-dos indivíduos e coletivos ganham destaque nos protestos políticos e podem assumir papel ativo da construção do social. Mas são protestos que também negam a política partidária atual.

Nossa indagação inicial: ‘Por que os movimentos sociais que se articularam às políticas e processos participativos de controle social incentivadas pelo Estado, ao longo da década de 2010, não foram os protagonistas principais nos atos de protesto a partir de 2013?’ pode ser respondida, provisoriamente, com os seguintes elementos analisados neste paper: inicialmente porque novíssimas formas de ação coletiva não institucionalizadas ganharam à cena, ainda que muitos já existiam desde a década passada como o próprio MPL. As novas tecnologias, especialmente a Internet e o uso dos aparelhos móveis, geradores de grande potencial de mobilização da sociedade civil criou novas formas de sociabilidade na sociedade civil, longe das estruturas estatais institucionalizadas. Por isto, em Junho de 2013, quando multidões saíram às ruas, não havia

mediadores entre os manifestantes e os poderes constituídos, não havia interlocutores.

A democracia ampliou-se e as manifestações demonstram-nos que ela é um processo em construção, não algo dado ou encerrado. Um dos grandes legados de Junho de 2013 foi a legitimação do protesto social como forma de busca por mudanças conjunturais. As multidões têm aderido ir às ruas, às manifestações, como forma de pressionar por mudanças. Trata de um processo histórico-cultural. No curto prazo, as transformações podem mais culturais do que propriamente políticas, no sentido de criar novos valores e pontos de vista nos participantes e na sociedade em geral. Por isto afirmamos anteriormente que, este tipo de proposta poderá gerar mobilizações que produzem outros modos de vida e valores na sociedade, valores estes que remetem ao campo dos direitos, para se pensar uma nova geração de direitos. São aprendizagens e ensinamentos, para retomarmos nossos pressupostos iniciais no campo da educação.

Junho de 2013 afetou o campo da política e a correlação das forças político-partidárias foi tensionada, teve-se uma grande virada entre 2013-2016: de repertórios de ação sobre demandas específicas e localizadas-aumento das tarifas de transportes, passar para questões éticas com um foco determinado: um partido político, e a presidência do país. As 'vozes' que ecoaram nas ruas em Junho de 2013 não negavam o estado, mas reivindicou um estado menos dependente dos bancos, de multinacionais, empresários etc. Clamaram por mais cidadania social. A partir de 2015- a política passa a ser o grande divisor: contra ou a favor do impeachment da presidente da República. Em 2016 esta divisão aprofunda-se, na sociedade e no governo.

Quanto aos fundamentos ideológicos que tem alimentado as ações coletivas dos principais atores que tem participado das recentes manifestações de ruas no Brasil, a caracterização que apresentamos acima demonstra-nos que elas têm inúmeras matrizes, que vão do socialismo utópico do século XIX, às modernas interpretações sobre o poder da sociedade em rede, passando também por concepções do liberalismo e do marxismo. Não há uma orientação hegemônica, o que há são grupos ou coletivos ativistas nas redes sociais, organizando e divulgando pautas de demandas onde pelo menos um foco é comum: a luta pela ética na política, contra a corrupção. Implícita nas demandas e formas de encaminhamento dos protestos encontra-se um grande questionamento da forma de operar a democracia brasileira na atualidade e a busca de novos caminhos. Como estabelecer mediações entre governo e

sociedade civil, quais os atores e agentes políticos para estabelecer nexos nesta relação? Respostas não são fáceis pois a dinâmica do processo é dada mais pelo desenrolar dos fatos do que como fruto de qualquer ação planejada. Alberoni (1991), décadas atrás, fez alertas a este respeito. Olhando para o futuro detectamos a importância de desenvolver a Democracia Digital- aquela que tenta dialogar com a geração digital, que poderá combinar a democracia representativa com a democracia direta via *On Line*.

Referências

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Indústria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALBERONI, F. *Gênese*. Como se criam os mitos e as instituições da civilização ocidental. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

BOURDIEU, P. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979.

BRANT, M. C. (Org). *Teorias da ação em debate*. São Paulo: Cortez, 1993.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 05 out.1988. p.1 (Anexo). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 22 jan. 2015.

CANETTI, E. *Crowds and Power*. N. York: Farrar, Strauss, Giroux. 1984

CASTELLS, M. Simpatia do brasileiro é um mito, diz sociólogo Manuel Castells. *Folha da São Paulo*, 18 maio 2015, p. A12.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

DELLA PORTA; D. TARROW, S. Introduction: transnational processes and social activism: an introduction. In: DELLA PORTA, D.; TARROW, S. *Transnational protest and global activism* (Orgs). London: Rowman& Littlefield Public, 2005. p. 1 -17.

GUATTARI, F. *As 3 Ecologias*. Campinas: Papyrus, 1990.

GOHN, M. G. *Sociologia dos Movimentos Sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez Ed, 2014

GOHN, M G. *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo*. Petrópolis: Vozes, 2015

GOHN, M. G. (Org). *Educação não formal no campo das artes*. São Paulo: Cortez Edit, 2015a.

GOHN, M. G. Os protestos recentes no Brasil: 2013 -2015. *ISA*. Fórum de Sociologia. 2015b. Disponível em: < <http://futureswewant.net/maria-da-gloria-gohn-protests-in-brazil-portuguese/>>. Acesso em: 15 out. 2015.

HESSEL, S. *Indignai-vos!* 3. ed. Lisboa: Ed Objectiva, 2011. LE

BON, G. *The Crowd*. N.York: Viking, 1985.

MARTINS, J. S. Sujeito Multidão. *Estado de São Paulo*, 22 mar. 2015. Caderno Aliás, p. E3. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,sujeito-multidao,1655083>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

MICHELET, J. *O povo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988

MELUCCI, A. *Challenging codes*. Cambridge: Cambridge Um.Press, 1996

MOORE JR, B. *Injustiça: as bases Sociais da obediencia e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MORIN, E. *Cultura de massas no século XX: neurose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

MOUFFE, Chantal.

NEGRI, A.; HARDT, M. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005

NOGUEIRA, M. A. Incandescência e desorientação. *Estado de São Paulo*, São

Paulo, 29 mar. 2015, p. A2. Disponível em: 19
<<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,incandescencia-e-desorientacao-imp-,1659622>>. Acesso em: 15 out. 2015.

SENNET, R. *Juntos*. Os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio/São Paulo, Record, 2012.

TOURAINÉ, A. *Um nouveau paradigme*. Paris: Fayard, 2005

WEFFORT, *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.